



Rischbieter na CPI da dívida

Como evitar esses juros altos

**O conselho é do ex-ministro
Rischbieter: o Brasil
precisa negociar sua dívida
governo a governo para
escapar às altas taxas dos bancos.**

A negociação governo a governo é a única alternativa capaz de levar o Brasil a saldar sua dívida externa, que já alcança 110 bilhões de dólares. Essa afirmação foi feita ontem, diante da CPI que investiga a dívida externa, pelo ex-ministro da Fazenda Karlos Rischbieter. Ele justificou sua tese lembrando que dificilmente os banqueiros internacionais concordariam com uma redução drástica das taxas de juros, que, na opinião do ex-ministro, deveriam ser de 2,5% — um nível adequado a uma renegociação.

O ex-ministro da Fazenda salientou, contudo, que é necessário um governo internamente fortalecido, contando com o apoio político do Congresso e o respaldo da sociedade, para que possa apresentar-se no Exterior em condições de propor uma renegociação política da dívida externa. Sem um governo demo-

craticamente fortalecido, não haverá condições de negociar, pois os credores não estarão certos de que as autoridades que a eles se apresentarem estarão realmente falando em nome da sociedade brasileira.

Rischbieter manifestou-se contrário à moratória unilateral, cuja necessidade é sustentada pela oposição e a maioria dos membros da CPI, afirmando que ela representa um repúdio da dívida, o que não é correto para um país como o Brasil, que sempre fez questão de cumprir seus compromissos internacionais. Além disso, a decretação unilateral da moratória provocaria uma retaliação internacional contra o Brasil, que certamente criaria sérios transtornos à política de ajustamento de sua economia.

Para o ex-ministro da Fazenda, a busca de uma solução negociada

politicamente com os governos dos países industrializados, nossos principais credores, seria uma alternativa mais viável, pois permitiria ao País uma pausa necessária à retomada do seu crescimento, sem prescindir da ajuda internacional, que ainda é necessária.

Ele manifestou-se também cético ante a possibilidade da organização de um clube de devedores para atuar em conjunto numa negociação junto aos credores, de forma a impor certas condições para o pagamento da dívida, assinalando que um "cartel de caloteiros" teria um final mais frustrante do que o cartel petrolífero. Além disso, são tão diversos os interesses e especificidades dos países devedores, que dificilmente eles chegariam a um entendimento em torno do programa comum dessa frente única.